

A realidade sobre a qual se abaterá este "pacote"

14 DEZ 1987

O balanço dos estragos causados à economia pelos fósseis do PMDB está longe de ser concluído, mas a cada dia, de todos os setores, surgem informações alarmantes sobre as terríveis consequências da moratória externa, da chamada heterodoxia (leia-se demagogia populista aplicada) e do caos e da corrupção que reinam na administração pública.

A indústria paulista informa que foi forçada a demitir 40,5 mil empregados no período janeiro-novembro, em virtude da queda do ritmo de produção e dos investimentos. Quase simultaneamente chegam o desabafo do setor financeiro, às voltas com elevado índice de inadimplência e sofrendo na carne os efeitos da concorrência desleal do Banco do Brasil, e o grito de socorro da Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base (Abdib), alertando para a devastação do País por um governo que não cumpre seus próprios planos econômicos nem paga suas dívidas.

Por toda parte a mesma preocupação, que se aproxima rapidamente do desespero, como acontece com o comércio varejista, cujas vendas caíram 15% no período janeiro-outubro, segundo dados do Ministério da Indústria e do Comércio. Nos primeiros dez meses deste ano, em todo o País, as vendas de automóveis, eletrodomésticos e bens duráveis em geral diminuíram 24%. Também caíram as vendas de produtos semiduráveis (vestuário, tecidos e calçados), que foram 6,5% menores em comparação com o ano anterior; remédios e produtos vendidos em supermercados (-6%) e materiais de construção (-11%). E a simples observação mostra que a situação não melhorou nem mesmo com a aproximação do Natal — exceto, talvez, em Brasília, já que os funcionários públicos tiveram aumento real de 50% em seus salários desde o advento da "Nova" República. No resto do País a situação é calamitosa, pois o consumidor, que teve seu salário achatado por uma inflação de quase 400% ao ano, está sem dinheiro e os juros subiram a níveis proibitivos (menos para os políticos com acesso a "emprestimos especiais" em bancos estatais e para amigos do presidente em dificuldades). Essas exceções, no entanto, não modificam a situação no País real: diante do magro resultado destes primeiros dias de dezembro, as lojas apelam para as liquidações, ofertas, malas diretas e miloutras táticas, como nunca se viu nessa época do ano.

Da Fiesp, na palavra do empresário Carlos Eduardo Uchôa Fagundes, diretor da entidade máxima da indústria paulista, vem o aviso — mais que otimista a nosso ver — de que o setor manufaturado ainda terá pela frente pelo menos "uns seis meses desagradáveis", pois enquanto não for promulgada a nova Constituição não haverá clima para o aumento do nível de atividade e a realização de novos investimentos. Da Abdib chega o protesto contra o governo que deve (e não paga) US\$ 180 milhões às empresas de bens de capital, isso para não falar no problema dos realinhamentos contratuais de preços anteriores ao Cruzado I, que ainda não foram acertados em razão da recusa da União e de suas empresas em pagar a correção monetária sobre sua dívida.

O caos chega a tal ponto que o presidente da Abdib pede ao governo que cumpra pelo menos um de seus próprios planos econômicos, qualquer que seja ele, pois do contrário os investimentos de 1988 poderão cair aos níveis de 1983 (cerca de 14% do PIB), e daí para baixo. Na verdade, a taxa de investimento já diminuiu significativamente em 1987 para 16,6% do PIB (em comparação com 17,7% em 1986), conforme revelam estudos do Instituto de Economia Industrial da Universidade Federal do Rio de Janeiro, quando o Plano de Controle Macroeconômico do ministro Bresser Pereira previa uma taxa de investimento de 19,5% do PIB. Ou seja, são US\$ 9 bilhões que deixaram de ser investidos na economia brasileira em 1987, ano da moratória e de um déficit público recorde, que vai ultrapassando os 7% do PIB, sem que milhões de novos brasileiros deixassem de entrar neste mundo...

Pressionado pelo forte aumento das despesas com o pagamento de salários ao pessoal civil e militar do governo (que, como dissemos, aumentaram cerca de 50% reais na gestão Sarney), o déficit do Tesouro atingiu Cr\$ 125 bilhões até novembro (com 46,93 bilhões só no último mês, o que denota uma evolução geométrica) e vai crescer muito mais com o pagamento do 13º salário este mês. Isso levará à emissão de mais títulos públicos a serem negociados no overnight, que vem movimentando a bagatela de US\$ 35 bilhões por dia, numa demonstração eloquente de que a economia real está parando, isto é, ingressando na estagnação.

Sem dúvida, 1987 não deixará saudades. O País atravessa gravíssima crise política, com calamitosos efeitos econômicos e sociais (basta ler a matéria "Pequenos assassinos", publicada em nossa edição da última terça-feira, para verificar que não estamos exagerando, assim como não exagera o presidente da Abdib, Antônio Teófilo de Andrade Orth, quando diz que o Brasil está numa situação de ingovernabilidade).

Mas embora tudo isso esteja acontecendo aqui mesmo, o presidente Sarney vem a público para declarar que não entende a unanimidade nacional que seu nome desperta e nem por que os investidores externos fogem do Brasil da "Nova" República como o diabo da cruz. E, pior que isto, para afirmar que as dificuldades eram ainda maiores no início do seu governo, "sobretudo porque as finanças públicas não estavam totalmente ordenadas no País", e para acrescentar solermente que "a ordenação (sic) coube ao meu governo; essas coisas passam despercebidas do público!"

Em qualquer país do mundo que vivesse uma situação semelhante à do Brasil de hoje, uma declaração como esta seria suficiente para desencadear o mais incontrolável dos pânicos, não só porque a autoridade máxima da Nação demonstra estar inteiramente alheia à realidade internacional, como também devido à realidade nacional, que vai sendo devastada pela ação destrutiva dos fósseis do PMDB que, ocupando o espaço aberto pela sua omissão, mantém paralisada nossa economia e tentam isolá-la do resto do mundo. É ainda mais desanimador verificar que o presidente da República se mostra convencido de que pela mera unificação dos orçamentos públicos em uma só peça de delirante alienação, pela mudança de nome da contamovimento do Banco do Brasil e pela concessão apenas formal de maior independência para o Banco Central — todas medidas que continuam sendo solenemente ignoradas pela burocacia "rebelde" — ele está dispensado de qualquer esforço adicional para utilizar e fazer valer os instrumentos que criou, supostamente para passar a controlar os gastos públicos e não apenas para constarem de algum almanaque.

No Brasil, entretanto, já não se presta atenção ao que diz o presidente. O problema é que quanto mais coisas parecidas com estas ele disser, mais espaço ele abrirá para que a horda que invadiu Brasília e o desalojou, de fato, da sua cadeira, continue deitando e rolando impunemente sobre a economia em escombros que acabamos de descrever para depois arrancarem — sempre em nome da "justiça" — a pele dos contribuintes que suas "políticas" deixaram em pele e ossos.